

EXCELENTÍSSIMA SRA. LUCILDA NAIR BARRIQUELLO – PRESIDENTE DA  
COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IJUÍ/RS.

**REF. INTERPOSIÇÃO DE PEÇA RECURSAL.**  
**CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 03/2020**

A empresa **BRISA TRANSPORTES EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 94.107.919/0001-22, com sede na Avenida João de Magalhães, nº 3145, Bairro Humaitá, na cidade de Tramandaí/RS, neste ato representada por seu representante legal, infra assinado, devidamente qualificado no presente processo vem na forma da legislação vigente em conformidade com o art. 5º, incisos XXXIV e LV, da Constituição Federal de 1988 C/C o artigo 109, I, § 3º da Lei 8.666/93, vem até Vossas Senhorias, para, tempestivamente, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO**, no que tange a habilitação inadequada das empresas ANSUS SERVIÇOS LTDA e MECANICAPINA LIMPEZA URBANA LTDA, na Concorrência Pública nº 03/2020, no qual fundamenta o que segue:

**1. PRELIMINARMENTE – DO DIREITO AO RECURSO**

A revisão recursal é um instrumento de controle administrativo e significa a possibilidade de eventuais interessados se insurgirem formalmente contra certos atos da Administração, requerendo a reforma de determinada conduta.

Tem seu fundamento na contingência humana, na falibilidade da inteligência, da razão e da memória do homem. Destina-se, pois, a sanar os defeitos graves ou substanciais da decisão, a injustiça da decisão, a interpretação e aplicação errônea da lei ou da norma jurídica (NUCCI, p. 886)

Por este motivo, nenhum ato pode ficar imune aos necessários controles institucionais. Pelo contrário, a Administração tem a obrigação de revê-los quando eivados de nulidade. Assim, esta forma de controle interessa não só ao recorrente, que deseja ver alterado um ato administrativo, como a própria Administração, que deve ter interesse em averiguar todas as razões trazidas pelo recorrente, impugnando a atuação administrativa (CARVALHO FILHO, p.818).

Ademais, está psicologicamente demonstrado que o administrador se cerca de maiores cuidados no julgamento ou edição de um ato administrativo quando sabe que sua decisão poderá ser revista por um órgão superior (GRINOVER, p. 74/75)

Com efeito, o texto do art. 5º, LV, da Constituição Federal deixa claro que o princípio da ampla defesa não estará completo se não se garantir ao interessado o direito de interposição de recursos. As hipóteses de arbitrariedades e condutas abusivas por parte de maus administradores devem ser corrigidas pelos agentes superiores. Cercear o recurso, portanto, é desnaturar indevidamente o fundamento pertinente ao próprio direito de defesa (CARVALHO FILHO, p. 818).

Neste sentido, o Duplo Grau na esfera Administrativa trata-se de garantia individual, prevista implicitamente na Constituição Federal, voltada a assegurar que as decisões proferidas não sejam únicas, mas sim submetidas a um juízo de reavaliação por um agente/órgão superior. Conforme já comentado, é a própria estrutura da Administração e do Judiciário na Constituição Federal, dividindo-os em órgãos hierarquizados, que possibilita ao interessado requerer a reapreciação dos atos administrativos por autoridade ou órgão superior.



Assim, requer a **RECORRENTE** que as razões aqui formuladas sejam devidamente autuadas e, se não acolhidas, o que se admite apenas e tão somente “*ad argumentandum*”, que haja uma decisão motivada sobre o pedido formulado.

## 2. DO EFEITO SUSPENSIVO

Requer a **RECORRENTE**, sejam recebidas as razões do recurso e encaminhadas à autoridade competente para sua apreciação e julgamento, em conformidade com o artigo 109, parágrafos 2º e 4º da Lei nº 8.666/1993, concedendo efeito suspensivo ao processo licitatório até julgamento final na via administrativa.

## 3. DO MÉRITO DO RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO

Merece procedência o recurso interposto pela recorrente, considerando a necessidade da inabilitação das empresas **ANSUS SERVIÇOS LTDA e MECANICAPINA LIMPEZA URBANA LTDA**, uma vez que desatendidos os requisitos editalícios.

### **Da necessidade de inabilitação das empresas ANSUS SERVIÇOS LTDA e MECANICAPINA LIMPEZA URBANA LTDA**

Além do mérito anteriormente apresentado, que demanda a reanálise da Comissão de Licitações em relação a inabilitação da empresa BRISA TRANSPORTES EIRELI, faz-se necessário frisar ainda a observância de itens não atendidos pelas empresas ANSUS SERVIÇOS LTDA e MECANICAPINA LIMPEZA URBANA LTDA, nos termos a seguir descritos.

Ambas as empresas apresentaram licença ambiental para a atividade de coleta e transporte de resíduos classe II, ou seja, resíduos sólidos urbanos provenientes da coleta domiciliar e de recicláveis, conforme exigência do Edital de Concorrência Nº. 003/2020, item 7.1.4. “A documentação relativa a **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** consistirá em:”, alínea e) “Licenciamento ambiental e/ou declaração de

Isenção da FEPAM para a execução dos serviços objeto da licitação, preferencialmente indicando a qual item da licitação refere-se a documentação apresentada;”. Ocorre que conforme consulta ao órgão licenciador, Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler – FEPAM, através do seguinte endereço eletrônico <http://www.fepam.rs.gov.br/licenciamento/Area1/default.asp>, verifica-se a inexistência destas licenças para ambas as empresa (Anexo I – ANSUS e Anexo II – MECANICAPINA), uma vez que, conforme Portaria FEPAM 05/2016, que dispõe sobre a isenção de licenciamento ambiental de atividades consideradas de baixo potencial, entre elas coleta e transporte de resíduos classe II (Anexo III), sendo canceladas todas estas licenças.

Por tais razões, os documentos apresentados pelas empresas ANSUS SERVIÇOS LTDA e MECANICAPINA LIMPEZA URBANA LTDA deverão ser reanalisados, determinando a inabilitação de ambas as empresas, ante o descumprimento da previsão editalícia, nos termos acima fundamentados.

Diante do exposto, as licitantes **ANSUS SERVIÇOS LTDA e MECANICAPINA LIMPEZA URBANA LTDA** deverão ser inabilitadas, tendo em vista o não atendimento dos requisitos do edital, nos termos anteriormente fundamentados.

#### 4. DOS PEDIDOS

Diante de tudo ora exposto, a **RECORRENTE** requer digno-se Vossa Senhorias conhecer as razões do presente **RECURSO ADMINISTRATIVO**, dando-lhe **PROVIMENTO**, conhecendo a inabilitação das empresas **ANSUS SERVIÇOS LTDA e MECANICAPINA LIMPEZA URBANA LTDA**, considerando o desatendimento de itens previstos no edital, conforme acima explicitado, como medida da mais transparente Justiça.

Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que a Comissão de Licitações reconsidere sua decisão e, não sendo este o entendimento, faça este

recurso subir, devidamente informado, à autoridade superior, em conformidade com o parágrafo 4º, do artigo 109, da Lei nº 8.666/1993, observando-se ainda o disposto no parágrafo 3º do mesmo artigo.

Nestes Termos, pede Deferimento.

Tramandaí/RS, 06 de novembro de 2020.



---

**Gerson Luiz Bitelo**  
**Brisa Transportes Eireli**